



# Receita Federal

Coordenação-Geral de Tributação

Cosit

Fls. 9

---

**Solução de Consulta nº 160 - Cosit**

**Data** 28 de dezembro de 2020

**Processo**

**Interessado**

**CNPJ/CPF**

## **SIMPLES NACIONAL**

SIMPLES NACIONAL. SERVIÇOS PRESTADOS. BASE DE CÁLCULO. RECEITA BRUTA. CUSTOS. INDEDUTIBILIDADE.

A receita bruta de que trata o art. 3º, § 1º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, no caso de prestação de serviços corresponde ao preço integral do serviço constante da nota fiscal, mesmo que a consulente contrate outras pessoas para execução de parcelas desse serviço.

Os valores pagos em decorrência de serviços prestados por terceiros não podem ser deduzidos da receita bruta, para fins de apuração da base de cálculo e incidência das alíquotas relativas ao Simples Nacional.

**Dispositivos Legais:** Lei Complementar nº 123, de 2006, arts. 3º, § 1º, e 18, § 3º; Resolução Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 140, de 2018, art. 2º, II e 16.

## **Relatório**

A consulente, representada por sua representante legal, vêm, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, formular consulta sobre a interpretação da legislação tributária e aduaneira relativa a tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

2. Afirma que tem como atividade principal a elaboração de laudos técnicos para seguradoras, referente a seguros agrícolas e sinistros. A consulente afirma que tem um contrato estabelecido com seguradoras para a realização e recepção de laudos técnicos. Também assevera que sua tributação é pelo Simples Nacional, Anexos III ou IV, com o devido acompanhamento do fator R.

3. Afirma que conta com os serviços de peritos agrônomos para a realização desses laudos em campos agrícolas. Todos os peritos são titulares de empresas com CNPJ constituído e fornecem nota fiscal de prestação de serviço para o recebimento de sua parte referente ao trabalho realizado.

4. Continuando, informa que recebe esses documentos, procede à sua organização e os envia para a seguradora. O recebimento pelos serviços por ela prestados é feito, de forma geral, na conta bancária da empresa, porém, estima-se que 50% deste recebimento é referente aos serviços realizados pelos peritos. O repasse para os peritos é feito conforme a nota fiscal emitida por eles, destinando-se a cada um o devido montante, conforme sua fração de serviço realizada no mês.

5. Observa que a Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN nº 140/2018, art. 2º, II, define o conceito de receita bruta (RB) como o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

6. Por fim, a consulente apresenta seus questionamentos, com algumas observações, que abaixo transcrevemos (sic):

“a) A empresa tributada pelo Simples Nacional, por emitir nota fiscal no total geral a receber da seguradora, mesmo dos serviços realizados pelos peritos, efetua o pagamento do imposto DAS sobre o total recebido, e conforme documento fiscal.

b) Os peritos, empresas também tributadas pelo Simples Nacional, pagam seus impostos por meio do DAS referente ao recebimento do serviço realizado a empresa receptora do serviço.

c) Nesse caso o valor total recebido pela empresa receptora, pode-se ser considerado como um recebimento em conta alheia?

d) Pois considerando que a receptora paga o imposto pelo geral recebido, e os peritos também pagarem o imposto por sua parte recebida, pode-se interpretar como bi-tributação? Pois se tratando do mesmo fato gerador e recebimento único.

e) Ou o valor recebido pela empresa receptora poderia ser excluído da base de cálculo para fins de tributação o valor considerado alheio (parte dos peritos). E sua receita ser tributada pelo simples nacional somente por sua fração percentual correspondente aos serviços realizados sem considerar a parte dos peritos, uma vez que estes também pagaram seus impostos”.

## Fundamentos

7. A Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, dispõe sobre o processo de consulta relativo à interpretação da legislação tributária e aduaneira e à classificação de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

8. O objetivo da consulta é dar segurança jurídica ao sujeito passivo que apresenta à Administração Pública dúvida sobre dispositivo da legislação tributária aplicável a fato determinado, propiciando-lhe o correto cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias.

9. A Solução de Consulta não se presta a verificar a exatidão dos fatos apresentados pela interessada, uma vez que se limita a apresentar a interpretação da legislação tributária conferida a estes. Nesse sentido, a Solução de Consulta eficaz não convalida nem invalida quaisquer informações, procedidas pela consulente e não gera qualquer efeito, caso se constate, a qualquer tempo, que os fatos não foram descritos adequadamente ou que houve omissão de dados necessários à interpretação da legislação.

10. Isso posto, passa-se à análise da dúvida da Consulente, em suma, se é possível excluir da base de cálculo para efeitos de tributação do Simples Nacional os valores pagos a prestadores de serviços, no caso ora em exame, peritos agrônomos **contratados pela consulente para a execução da sua atividade principal**, qual seja, elaboração de laudos técnicos para seguradoras, referente a seguros agrícolas e sinistros.

11. A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, artigo 3º, § 1º, assim estabelece:

Art. 3º

...

§ 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, **o preço dos serviços prestados** e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

(grifos nossos)

12. Por sua vez, a Resolução Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 140, de 22 de maio de 2018, reitera o conceito de receita bruta daquele dispositivo legal:

Art. 2º Para fins desta Resolução, considera-se:

...

II - receita bruta (RB) o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, **o preço dos serviços prestados** e o resultado nas operações em conta alheia, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, caput e § 1º)

(grifos nossos)

13. Como premissa e conforme disposto no parágrafo único do art. 24 da Lei Complementar nº 123, de 2006: *“Não serão consideradas quaisquer alterações em bases de cálculo, alíquotas e percentuais ou outros fatores que alterem o valor de imposto ou contribuição apurado na forma do Simples Nacional, estabelecidas pela União, Estado, Distrito Federal ou Município, exceto as previstas ou autorizadas nesta Lei Complementar”*.

14. Importa considerar, na hipótese, que a base de cálculo do Simples Nacional (art. 18, caput e § 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e art. 16 da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018) é a receita bruta auferida e não o lucro do período.

LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

Art. 18. ...

...

§ 3º Sobre a **receita bruta** auferida no mês incidirá a alíquota efetiva determinada na forma do caput e dos §§ 1º, 1º-A e 2º deste artigo, podendo tal incidência se dar, à opção do contribuinte, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, sobre a **receita recebida** no mês, sendo essa opção irretratável para todo o ano-calendário.

#### RESOLUÇÃO CGSN Nº 140, DE 22 DE MAIO DE 2018

Art. 16. A base de cálculo para a determinação do valor devido mensalmente pela ME ou pela EPP optante pelo Simples Nacional será a **receita bruta** total mensal auferida (Regime de Competência) ou recebida (Regime de Caixa), conforme opção feita pelo contribuinte. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, caput e § 3º)

(grifos nosso)

15. Como se vê, o § 3º do art. 18 da Lei nº 123, de 2006, dispõe que a base de cálculo para incidência dos tributos é a receita bruta, assim entendida a totalidade dos valores auferidos pela empresa. Nota-se, também, que não há previsão para segregação das receitas correspondentes a valores pagos a terceiros pela prestação de serviços à consulente.

16. Para a consecução de seu objeto social, a pessoa jurídica incorre em vários custos, de tal sorte que, para oferecer o serviço ao contratante e auferir receitas, a empresa terá que incorrer em despesas. Portanto, caso reste evidenciado que há relação jurídica entre a consulente e os terceiros prestadores de serviços, notadamente se há contrato entre ambas as partes ou emissão de documentação fiscal (emitida pelos fornecedores externos de serviços especializados) em nome da própria consulente, evidencia-se que tais custos são suportados pela consulente, ainda que venham a ser pagos aos seus contratados.

17. Assim, a integralidade dos valores cobrados pela consulente na prestação de seus serviços está inserida no conceito de receita bruta, porque representam o preço dos serviços prestados. A assunção de despesas pela consulente não descaracteriza a condição das receitas auferidas pela venda de serviços.

18. Interpretação diversa seria contrária à lei, pois levaria ao entendimento de que todo e qualquer custo de uma atividade econômica poderia ser considerado mero repasse de valores, e o Simples Nacional passaria a ter por base de cálculo não mais a receita bruta, mas o lucro decorrente do resultado das operações realizadas. E essa interpretação contraria frontalmente a legislação de regência do regime especial.

19. Dessa forma, o procedimento pretendido pela consulente de excluir da receita bruta os valores dos serviços por ela contratados não encontram amparo na legislação pertinente.

20. Respondendo objetivamente os questionamentos apresentados:

a) A empresa tributada pelo Simples Nacional, por emitir nota fiscal no total geral a receber da seguradora, mesmo dos serviços realizados pelos peritos, efetua o pagamento do imposto DAS sobre o total recebido, e conforme documento fiscal.

**Resposta: a consulente deve reconhecer o preço integral do serviço por ela prestado como receita bruta.**

b) Os peritos, empresas também tributadas pelo Simples Nacional, pagam seus impostos por meio do DAS referente ao recebimento do serviço realizado a empresa receptora do serviço.

**Resposta: a receita bruta dos contratados pela consulente é o preço do serviço especificamente por eles prestados.**

c) Nesse caso o valor total recebido pela empresa receptora, pode-se ser considerado como um recebimento em conta alheia?

**Resposta: a hipótese narrada não se enquadra como recebimento em conta alheia.**

d) Pois considerando que a receptora paga o imposto pelo geral recebido, e os peritos também pagarem o imposto por sua parte recebida, pode-se interpretar como bi-tributação? Pois se tratando do mesmo fato gerador e recebimento único.

**Resposta: não há bitributação, uma vez que cada contribuinte tem como receita bruta própria o preço integral do serviço por cada um prestado.**

e) Ou o valor recebido pela empresa receptora poderia ser excluído da base de cálculo para fins de tributação o valor considerado alheio (parte dos peritos). E sua receita ser tributada pelo simples nacional somente por sua fração percentual correspondente aos serviços realizados sem considerar a parte dos peritos, uma vez que estes também pagaram seus impostos”.

**Resposta: não há previsão de dedução de despesas para fins de formação da base de cálculo no âmbito do Simples Nacional.**

## Conclusão

21. Considerando todo o exposto, em especial, o disposto no parágrafo único do art. 24 da Lei Complementar nº 123, de 2006, tem-se que:

I - A receita bruta de que trata o art. 3º, § 1º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, no caso de prestação de serviços corresponde ao preço integral do serviço constante da nota fiscal, mesmo que a consulente contrate outras pessoas para execução de parcelas desse serviço; e

II - Os valores pagos em decorrência de serviços prestados por terceiros não podem ser deduzidos da receita bruta, para fins de apuração da base de cálculo e incidência das alíquotas relativas ao Simples Nacional.

Encaminhe-se ao Coordenador da COTIR – Coordenação de Tributos Sobre a Renda, Patrimônio e Operações Financeiras.

(assinado digitalmente)

ANTONIO MARCOS SERRAVALLE SANTOS  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Chefe da Divisão de Tributação/DISIT08

De acordo. Ao Coordenador-Geral da COSIT para aprovação.

(assinado digitalmente)

GUSTAVO SALTON ROTUNNO ABREU LIMA DA ROSA  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Coordenador da COTIR/COSIT - Substituto

## **Ordem de Intimação**

Aprovo a Solução de Consulta. Divulgue-se e publique-se nos termos do art. 27 da Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013. Dê-se ciência ao consultante.

(assinado digitalmente)

FERNANDO MOMBELLI  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Coordenador-Geral da COSIT